

IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S/A.-
Em Recuperação Judicial

Demonstrações Financeiras
Período findo em 31 de dezembro de 2021

Patrimônio Líquido positivo de R\$ 32.381.485,17

Receita Operacional Bruta R\$ ZERO

Resultado do período/Prejuízo R\$ 340.171,25

**IESA TECNOLOGIA E
TRANSPORTES S/A –
Em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A - Em Recuperação
Judicial
CNPJ Nº 08.295.915/0001-83**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Senhores Acionistas.

A Administração da IESA TRANSPORTES E TECNOLOGIA S.A.– Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem do Presidente

Encerramos o ano de 2021 com a sensação de missão parcialmente cumprida pois ainda estamos inseridos no ambiente de Recuperação Judicial.

Nos últimos 7 anos observamos uma redução significativa no volume de investimentos no setor de infraestrutura como um todo e, especificamente, nos setores de Energia, transportes e Óleo e Gás, que eram fortes demandantes de nossos produtos e serviços.

Já em 2021, os desafios foram inúmeros: pandemia, volatilidade no preço das commodities, pressão inflacionária, aumento do câmbio, aumento da taxa de juros, com efeitos diretos na economia, desincentivando novos investimentos.

Como contraponto ao cenário negativo do passado, temos a esperança que com a vacinação em massa da população, ocorrida em 2021, consigamos iniciar a retomada da atividade econômica e destravar novos investimentos.

O Governo Federal, através do Ministério de Infraestrutura, vem desempenhando um papel extraordinário na regulação e promoção de investimentos. A criação do PPI – Programa de Parcerias e Investimentos, a capacitação dos funcionários públicos das agências reguladoras e órgãos de controle, permitiu a volta do investidor privado no setor de infraestrutura. Nos últimos dois anos constatamos o aumento significativo de projetos que saíram do papel através da modalidade de Concessão e PPP's. Como estes investimentos são estruturados e complexos demandam tempo para serem desenvolvidos e implementados.

Acreditamos que pode levar entre um e dois anos até que estes investimentos cheguem a nós, demandando contratos de fornecimento de produtos e serviços.

Continuamos fortes e motivados. Fizemos nosso dever de casa novamente e revisitamos nossos custos operacionais e despesas administrativas para adequá-los

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A - Em Recuperação
Judicial
CNPJ Nº 08.295.915/0001-83**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

à situação atual. Definimos uma estrutura mínima necessária sem perder de vista a qualidade, segurança e competitividade. Ao longo de 2021, a empresa Controladora IESA Equipamentos Projetos e Montagens, continuou sendo demandada por players do setor elétrico para execução de reformas e montagem de equipamentos hidromecânicos.

No âmbito das despesas administrativas não conseguimos reduzir ainda mais, em virtude da magnitude dos nossos problemas que ainda são equivalentes aos de empresas de grande porte – principalmente nas áreas jurídica, relações com investidores e contabilidade.

No âmbito da execução do Plano de Recuperação Judicial, O Grupo Inepar/lesa encontrou algumas dificuldades no final de 2021 para o cumprimento de alguns compromissos dentro do prazo estabelecido. Fato este motivado pela dificuldade na liberação de depósitos judiciais de negociações já encerradas e liquidadas. Um outro evento importante a ser ressaltado foi o sucesso do Grupo Inepar/lesa na negociação tributária obtida junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) baseado na nova Lei de Recuperação Judicial e Falências (nº 14.112/2020). Antes da mudança da legislação, não havia um parcelamento de dívidas tributárias adequado para as empresas em crise. Agora, pela nova lei, elas podem escolher entre duas modalidades de parcelamento: em até 120 vezes ou usar prejuízo fiscal para cobrir 30% da dívida e parcelar o restante em até 84 meses. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 2.382, editada pela PGFN, podendo prever prazo de pagamento de até 120 meses, com desconto de até 70% sobre juros e multas. Nosso acordo com a PGFN possibilitou uma redução total dos débitos no consolidado da lesa Projetos e lesa Óleo & Gás no valor de R\$ 392 milhões, sendo o saldo de R\$ 320 milhões a pagar parcelado em 120 meses.

Este ano de 2022 já começou com uma agenda intensa dedicada ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. O Grupo Inepar/lesa, está focado na negociação com credores concursais, extra concursais e na liberação de depósitos judiciais que montam aproximadamente R\$ 200 MM, os quais serão integralmente utilizados para liquidação de credores e na manutenção do capital de giro da empresa. Com relação à expectativa de mercado para 2022, com o objetivo de promover o soerguimento das empresas nos próximos 5 anos, esperamos que os projetos de Concessões e PPPs leiloados durante o ano de 2021, tenham seus contratos assinados e iniciem a estruturação dos financiamentos necessários para dar início às obras e a compra de serviços e equipamentos. Entendemos que os setores de (i) Energia - na construção de novos projetos e na reforma de usinas hidroelétricas e termoelétricas se intensifiquem; (ii) Óleo & Gás - com a construção de novas plataformas e reforma de refinarias, (iii) Ferrovias - com a possibilidade de fornecimento de vagões e, por fim, (iv) Saneamento Industrial - na formação de parcerias para entrarmos no fornecimento de equipamentos e serviços.

Recentemente a Inepar S/A divulgou fato relevante dando conhecimento ao mercado que foi aberto o processo de leilão para alienação das UPI's IPM e IOG, com data prevista de abertura das propostas para o dia 28/04/2022 às 15 hs. O processo

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A - Em Recuperação
Judicial
CNPJ Nº 08.295.915/0001-83**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

competitivo dar-se-á através de um modelo de *stalking horse*, uma vez que recebemos uma proposta firme de um Fundo americano chamado Melville Capital Group, no valor de US\$ 125,000,000, equivalente a aprox. R\$ 600 milhões.

Agradecemos a confiança de todos que tem nos ajudado e apoiado na conclusão do Plano de Recuperação Judicial.

Resultado Econômico

O prejuízo da Companhia foi de R\$ 341 mil em 2021, enquanto que no exercício anterior foi apurado prejuízo de R\$ 349 mil, isto deveu-se em função da paralisação da economia motivada pela pandemia da Covid 19 e pela permanência da Empresa ainda no processo de recuperação judicial, sendo assim não conseguiu concretizar em negócios as inúmeras participações em licitações e consultas comerciais ocorridas neste exercício.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, o Grupo Inepar/lesa, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar/lesa e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo do Grupo Inepar/lesa sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da Controladora passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária, podendo o BNDES se tornar um sócio relevante na Inepar.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização das Companhias.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Controladora ("INEP3"), remuneradas por

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A - Em Recuperação
Judicial
CNPJ Nº 08.295.915/0001-83**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Em 17/12/2021, em complemento às propostas de pagamento anteriormente apresentadas no Juízo da Recuperação Judicial, a Inepar S/A apresentou uma nova proposta que visa o encerramento da Recuperação Judicial, com o pagamento das dívidas concursais apontadas no primeiro biênio da Recuperação Judicial, bem como o pagamento de credores extraconcursais e capital de giro necessário ao processo de soerguimento da Companhia.

Esta proposta baseia-se na liberação de penhoras e bloqueios judiciais da ordem de R\$ 200 milhões, sendo parte dos valores o depósito judicial feito pela TUPI/PNBV relativo à segunda parcela da Arbitragem já amplamente discutida nos relatórios anteriores.

Da Continuidade das operações

Ainda, para fazer frente aos pagamentos, em um ambiente macroeconômico adverso do nosso país, as Empresas das Organizações Inepar efetivaram diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos: (i) Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A; (ii) Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A; (iii) Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE; (iv) Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.(atual Energisa Mato Grosso S.A); (v) Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da Inepar Capacitores S.A; (vi) Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara, leilão realizado em 21/05/2018; (vii) Venda do imóvel localizado no município de São Vicente e (viii) Venda do imóvel localizado em Curitiba, realizada em agosto/20.

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade das empresas com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e Charqueadas; e
- c) Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

Nesse sentido, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial, em 14/03/2022 decisão que fixou a data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo da venda das UPI's IPM e IOG, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, oferta essa recebida da empresa Melville Capital Group LLC, de Nova York, conforme noticiado nos Fatos Relevantes publicados em 22/01/2022 e 25/01/2022. A data de abertura das propostas apresentadas no Processo Competitivo está marcada para o dia 28/04/2022 às 15 hs, em audiência pública.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,040 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 619 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 50% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados pela Inepar S/A, principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

III – Outras ações em andamento pelo Grupo Inepar/lesa

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC. Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 887 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 42%, muito abaixo do histórico acima mencionado, demonstrando um conservadorismo nas expectativas de monetização dos mesmos. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos. Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou superior a 7 anos.
- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;

**IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - Em Recuperação
Judicial
CNPJ Nº 08.295.915/0001-83**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar as atividades.
- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributário da Controladora e suas e suas controladas da ordem de R\$ 1,4 bilhões.
- g) Assinatura de vários acordos de entendimentos com parceiros multinacionais que deverão ser implementados imediatamente após o levantamento da Recuperação Judicial. A grande maioria destes entendimentos se referem ou a break true tecnológico, ou tecnologias ainda não utilizadas no Brasil. Todos estes novos produtos são em adição as linhas já existentes em nossas empresas.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, as empresas terão condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

No curto prazo, as empresas do Grupo Inepar/lesa , tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como estão empenhadas em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes na infraestrutura.

Por fim, destacamos que o cumprimento do Plano de Pagamentos, protocolado pela Inepar S/A, no juízo da RJ em 17/12/2021, será fundamental para o soerguimento das empresas, proporcionando o ambiente necessário para a busca de novos projetos e parceiros estratégicos.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Iesa Tecnologia informa que neste exercício encerrado em 31/12/2021 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

As demonstrações financeiras individuais auditadas da Companhia estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que as Empresas apresentam as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *"a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos "Claims" e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial."*

AGRADECIMENTOS

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos seus colaboradores, por todo o empenho dispensado ao logo do ano, bem como aos seus clientes, fornecedores, instituições financeiras, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido em 2021.

IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83

Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	10	10
Tributos a Recuperar	6	13	13
Total do Ativo Circulante		<u>23</u>	<u>23</u>
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Partes Relacionadas	7	34.932	35.175
Tributos a Recuperar	8	37	-
Imobilizado	9	1.872	2.083
Total do Ativo Não Circulante		<u>36.841</u>	<u>37.258</u>
Total do Ativo		<u>36.864</u>	<u>37.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALFICA
Contador - CPF: 667.583.788-53
CRC-1SP 100-417/08 S RJ

IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83

Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Passivo		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante			
Fornecedores		135	187
Obrigações Fiscais e Tributárias	10	41	38
Outras Contas a Pagar		-	1
Total do Passivo Circulante		<u>176</u>	<u>226</u>
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais e Tributárias	10	80	108
Partes Relacionadas	7	4.104	4.087
Tributos Diferidos	11	123	138
Total do Passivo Não Circulante		<u>4.307</u>	<u>4.333</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	12.a	56.747	56.747
Prejuízos Acumulados		(69.210)	(68.869)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.b	44.844	44.844
		<u>32.381</u>	<u>32.722</u>
Total do Patrimônio Líquido		<u>32.381</u>	<u>32.722</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>36.864</u>	<u>37.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALFICA
Contador - CPF: 667.583.788-53
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

Demonstração de Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas [Despesas] Operacionais	(387)	(321)
Administrativas e Gerais	(386)	(120)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1)	(201)
Resultado Operacional	(387)	(321)
Despesas Financeiras	(6)	(48)
Resultado Antes do Imposto de Renda	(393)	(369)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	52	20
Prejuízo do Exercício	(341)	(349)
Quantidade de ações ao final do exercício	<u>56.747.352</u>	<u>56.747.352</u>
Lucro/Prejuízo por lote de mil ações - R\$	<u>(6,01)</u>	<u>(6,15)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALPICA
Contador - CPF: 667.583.788-53
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83


Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total	Resultado Abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2019	56.747	(68.520)	44.844	33.071	44.378
Resultado do período	-	(349)	-	(349)	(349)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	56.747	(68.869)	44.844	32.722	44.029
Resultado do período	-	(341)	-	(341)	(341)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	56.747	(69.210)	44.844	32.381	43.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALFICA
Contador - CPF: 667.583.788-53
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(341)	(349)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	211	211
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(20)
Prejuízo do exercício ajustado	(130)	(158)
(Aumento) redução no ativo:		
Tributos a recuperar	(52)	38
	(52)	38
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(52)	26
Obrigações fiscais e tributárias	(26)	(43)
	(78)	(17)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(260)	(137)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Operações de mútuos com empresas ligadas	243	137
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	243	137
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações de mútuos com empresas ligadas	17	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	17	-
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES	-	-
Saldo inicial do caixa e equivalentes	10	10
Saldo final do caixa e equivalentes	10	10
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALFICA
 Contador - CPF: 667.583.788-53
 CRC-1SP 100-417/06 S RJ

IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
C.N.P.J. M.F - Nº 08.295.915/0001-83


Demonstração do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITAS	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(161)	(110)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(161)	(110)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(161)	(110)
Depreciação e Amortização	(210)	(211)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO	(371)	(321)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(371)	(321)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(37)	(20)
Federais	(37)	(20)
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	6	48
Juros	6	48
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(340)	(349)
Prejuízo do exercício	(340)	(349)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(371)	(321)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


JAIR MALPICA
Contador - CPF: 667.583.788-53
CRC-1SP 100-417/06 S RJ

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A IESA Tecnologia e Transportes S.A., é uma Companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 23/06/2006 estão arquivados na JUCERJ sob n.º 350033150. Está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 08.295.915/0001-83, e sediada na cidade de Araraquara – SP, na Rodovia Manoel de Abreu, KM 4,5, prédio 2 – Zona Rural, Cep-14.806-500.

A Empresa tem como atividade preponderante oferecer serviços de engenharia em construção de obras especiais através da contratação de projetos e/ou fabricação de equipamentos de bens de capital, máquinas e equipamentos, estruturas de aço e seus agregados, sistemas e serviços para infraestrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas de óleo e gás, água e esgoto, geração, transmissão, transformação e proteção de energia, distribuição e consumo de energia elétrica, transporte, transporte metroferroviário e defesa, compensação reativa, movimentação de materiais e outros afins, montagem de equipamentos relacionados aos itens acima, manutenção e fabricação de veículos ferroviários, bem como de suas partes e peças, representação, comercialização, compra e venda de produtos, insumos e serviços relacionados às áreas acima descritas, exportação e importação dos produtos e serviços descritos acima, participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista e administração de bens próprios.

Nesse sentido a Empresa detém tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de recuperação judicial, iniciado em 2014, a Empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que a empresa se apresenta como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

NOTA 1.1 - PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29/08/2014, a IESA Tecnologia, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

O Grupo Inepar/IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Inepar Telecomunicações S.A.



IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Ilíquia Energética e Swiss RE.

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da Ilesa Projetos no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. O preço da venda desta UPI foi de R\$115 milhões.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, o Grupo Inepar/Ilesa possuem também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria e que serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais do Grupo.

O Grupo Inepar/Ilesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão.

Exemplo disso foi a recente decisão, em dezembro de 2020, relativa ao processo arbitral instaurado contra a TUPI e PNBV, subsidiárias da Petrobras, que culminou com o recebimento de US\$ 96 milhões conforme já amplamente noticiado por Fato Relevante e pela imprensa especializada.

Em 25/11/2020 e em revisão peticionada no dia 22/04/2021, a Inepar/Ilesa apresentaram um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de capital de giro necessário ao soerguimento das Empresas.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 376,2	R\$ 397,5	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento ao BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito), o valor de 21,3 milhões. Ressaltamos que o valor devido ao BNDES está registrado na controladora Inepar S/A.

O Grupo Inepar/lesa continua empenhado em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

NOTA 1.2 – COVID-19

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SCP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiro da COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as informações demonstração financeiras ora apresentadas, sendo abaixo as principais avaliações que seguem:

Os reais impactos da pandemia ainda estão sendo mensurados, e seus efeitos colaterais são alvo de diversas medidas governamentais que tentam minimizar seus efeitos.

Do nosso lado, estamos tomando todas medidas sugeridas e impostas pelas autoridades a fim de preservar a vida e a saúde dos nossos trabalhadores.

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pelo lado dos projetos estamos enfrentando um aumento de custos muito acima da inflação, como por exemplo o preço do aço, bem como a falta de matérias primas necessárias ao desenvolvimento dos nossos projetos. Isso causou um aumento de custos e diminuição das margens no período de 2020 e continua em 2021.

O Grupo Inepar/lesa adotou, e continua adotando uma série de medidas a fim de reduzir custos e postergar gastos com objetivo de enfrentar esse momento de pandemia mundial.

NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2022.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.5 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.6 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A provisão para "*impairment*" quando necessária é constituída com base na expectativa de perda esperada, No exercício corrente não temos a constituição de provisão.

3.7 Estoques

Os estoques são registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. Os custos dos produtos em elaboração, compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da



IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades coligadas e sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Imobilizado

Registrado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos quando existentes não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.10 Intangível

Os ativos intangíveis quando apresentar saldos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.11 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras..

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizados e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.12 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos quando existentes são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.14 Provisões

As provisões quando necessárias são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.16 Arrendamentos

CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17- Operações de arrendamento mercantil. A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.17 Benefícios a Empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta metas de qualidade, produtividade e o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;



IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

NOTA 4 – PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS RECENTAMENTE E ADOTADOS PELA COMPANHIA

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	10	10
	10	10

Caixa e equivalentes incluem as contas de caixa e de bancos nacionais.

NOTA 06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS	13	13
	13	13

NOTA 07 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado.

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas contas correntes entre as empresas, os contratos preveem taxas de juros pela variação do IPCA, com exceção de saldos que compuseram as dívidas intragrupo na Recuperação Judicial, cujos valores não sofrem atualização conforme previsto no item 2.1.12 do Plano de Recuperação Judicial.

	Ativo não circulante	
	Partes relacionadas	
	31/12/2021	31/12/2020
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A	34.932	35.150
Inepar S.A. Indústria e Construções (ii)	-	25
	34.932	35.175

	Passivo não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
	Inepar S.A. Indústria e Construções (ii)	4.104
	4.104	4.087

- (i) Controladora direta
- (ii) Controladora indireta

O valor de R\$ 4.104, refere-se aos créditos quirografários transferidos para a controladora Inepar S.A. Indústria e Construções para conversão em ações e ou debêntures perpétuas, conforme Plano de Recuperação Judicial.

NOTA 08 – TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias	27	-
CSLL diferido sobre diferenças temporárias	10	-
	37	-

NOTA 09 – IMOBILIZADO

Controladora	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Informática Hardware/Software	Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	Total
Em 31 de Dezembro de 2020					
Custo	2.527	2	21	1.110	3.660
Depreciação Acumulada	(1.326)	(2)	(21)	(229)	(1.578)
Valor contábil líquido	1.201	-	-	881	2.082
Depreciação	(166)	-	-	(44)	(210)
Saldo Final	1.035	-	-	835	1.872
Em 31 de Dezembro de 2021					
Custo	2.527	2	21	1.110	3.660
Depreciação Acumulada	(1.492)	(2)	(21)	(273)	(1.788)
Valor contábil líquido	1.035	-	-	837	1.872

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2021	31/12/2020
Cofins a recolher	15	20
Outras Obrigações da PGFN (a)	105	126
	<u>120</u>	<u>146</u>
Circulante	40	38
Não circulante	80	108

a) Refere-se aos valores de impostos e contribuições inscritos em dívida ativa e que foram parcelados.

NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1 Impostos Diferidos

	31/12/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo Fiscal Diferido						
Créditos s/Provisões	27	10	37	-	-	-
Total Ativo Não Circulante	<u>27</u>	<u>10</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo Fiscal Diferido						
Depreciação s/ Revisão Vida Útil	(91)	(32)	(123)	(102)	(36)	(138)
Total Passivo Não Circulante	<u>(91)</u>	<u>(32)</u>	<u>(123)</u>	<u>(102)</u>	<u>(36)</u>	<u>(138)</u>

a) O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM n.º 599/09 e Instrução CVM n.º 371/02.

b) As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

c) Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados.

11.2 Despesas com Tributos sobre o Prejuízo

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o Prejuízo registrados no resultado dos períodos:

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes dos impostos	(392)	(369)
Alíquota Nominal	-34%	-34%
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Adições e Exclusões permanentes	52	20
IRPJ e CSLL no resultado	52	20
Imposto Diferido	52	20

a) O valor do imposto diferido refere-se, basicamente, à parcela do lucro da empreitada ou fornecimento para entidades governamentais computadas no resultado no período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas no resultado e não recebido até a data do encerramento do exercício.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da sociedade subscrito é de R\$ 56.747 representados por 56.747.352 (cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta e sete mil e trezentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas, com direito a voto.

2ª Assembleia Geral Ordinária e 4ª Assembléia Geral Extraordinária de 30/11/2012

Foi homologado o aumento de capital no montante de R\$ 5.747, com a emissão de 5.747.252 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real).

5ª Assembléia Geral Extraordinária de 28/03/2013

Autorizado o aumento de capital no montante de R\$ 50.000, com emissão de 50.000.100 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real).

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se, principalmente, à diferença entre o passivo baixado dos valores constantes do Plano de Recuperação Judicial e o valor justo das debêntures perpétuas emitidas pela Companhia controladora.

O lançamento classificado no Patrimônio Líquido está baseado em Parecer contábil emitido pelo Professor Eliseu Martins e está de acordo com as Normas Contábeis vigentes.

NOTA 13 – RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado por Ação	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(341)	(349)
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas ordinários		
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações ordinárias emitidas	<u>56.747</u>	<u>56.747</u>
Total	<u>56.747</u>	<u>56.747</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação ordinária	(0,00601)	(0,00615)

NOTA 14 – TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

- a) Alienação das ações da UPI IOG;
- b) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel localizado no município de Charqueadas;
- c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Macaé.
- d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 900 milhões, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor de R\$ 619 milhões.
- e) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes.
- g) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos.

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DIRETORIA EXECUTIVA:

Atilano de Oms Sobrinho – Diretor Presidente
Irajá Galliano de Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IESA Tecnologia e Transportes S.A. – em Recuperação Judicial ("Companhia") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa "1", às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se encontra em Recuperação Judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2021 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 341 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 153 mil. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em andamento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras comparativas do exercício anteriores examinadas e revisadas por outro auditor independente

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidas a procedimentos de auditoria e revisão, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e revisão com datas de 08 de julho de 2021. O relatório de auditoria foi emitido sem ressalva, porém com comentário sobre: I – Incerteza Significativa Relacionada com a Continuidade Operacional (Ponto este mantido).

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

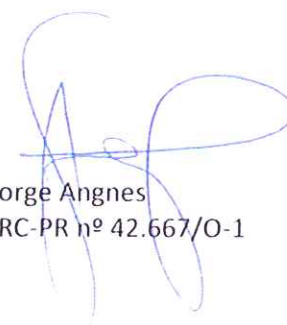
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de março de 2022.



Müller & Prei Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1



George Angnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

